



PRESCRIÇÃO DE ANTIMICROBIANOS NO MUNICÍPIO DE NOVA FLORESTA/PB

Prescription of antimicrobials in the city of Nova Floresta/PB

*Gabriel Ferreira Marques, Fernando de Sousa Oliveira**

Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Educação e Saúde, Cuité-PB, Brasil

**Corresponding author. E-mail address: fernandoufcg@hotmail.com*

RESUMO

O uso inadequado de antimicrobianos é um sério problema na saúde pública. O objetivo do presente estudo foi avaliar a prescrição de antimicrobianos na Farmácia Básica do Município de Nova Floresta/PB. Procedeu-se um estudo transversal, quantitativo e descritivo, com seguimento amostral de 50 usuários de antimicrobianos. Os dados foram coletados entre outubro de 2017 e maio de 2018, a partir de questionários. Observou-se prevalência do sexo feminino (74%), de usuários entre 31 e 60 anos (50%), que se consideravam casados (66%). Com relação à escolaridade, 22% se declararam analfabetos e 20% com ensino fundamental incompleto. Foi observado que 24% estavam desempregados, 38% pertenciam a famílias com 3 membros e 22% a famílias de 4 componentes. Referente à renda familiar, 40% recebia menos de 1 salário mínimo. As principais queixas foram infecções respiratórias e do trato urinário. A maioria dos entrevistados já haviam utilizado o antimicrobiano em questão (58%). Nenhum paciente relatou ter desenvolvido RAMs, sendo as prescrições decorrente, principalmente, de UBS (64%). Os antimicrobianos mais dispensados foram amoxicilina 500mg (32%) e ampicilina 500mg (22%). Quanto ao preenchimento das prescrições, foi constatado que 14%



apresentaram inconformidades, sendo 85,7% da ausência do tempo de tratamento. Não foram encontradas interações medicamentosas. Portanto, o usuário de antimicrobianos era, no geral, do sexo feminino, casada e com pouca escolaridade; compunha famílias de 3 membros ou mais, com baixa renda mensal. O uso do antimicrobiano era recorrente e sem reações adversas, com prescrições obtidas em UBSs, possuindo algumas inconformidades.

Palavras-chave: Antibacterianos. Farmácia. Saúde pública.

ABSTRACT

The inappropriate use of antimicrobials is a serious public health problem. The objective of the present study was to evaluate the prescription of antimicrobials in the Basic Pharmacy of the Municipality of Nova Floresta / PB. A cross-sectional, quantitative and descriptive study was carried out, with a sample follow-up of 50 antimicrobial users. Data were collected between October 2017 and May 2018, using questionnaires. There was a prevalence of females (74%), users between 31 and 60 years old (50%), who considered themselves married (66%). Regarding education, 22% declared themselves illiterate and 20% with incomplete elementary education. It was observed that 24% were unemployed, 38% belonged to families with 3 members and 22% to families with 4 members. Regarding family income, 40% received less than 1 minimum wage. The main complaints were respiratory and urinary tract infections. Most respondents had already used the antimicrobial in question (58%). No patient reported having developed ADRs, the prescriptions being mainly due to UBS (64%). The most dispensed antimicrobials were amoxicillin 500mg (32%) and ampicillin 500mg (22%). As for filling out the prescriptions, it was found that 14% had non-conformities, with 85.7% of the absence of treatment time. No drug interactions were found. Therefore, the user of antimicrobials was, in general, female, married and with little education; comprised families of 3 members or more, with low monthly income. The use of antimicrobials was recurrent and without adverse reactions, with prescriptions obtained in UBSs, with some non-conformities.

Keywords: Antibacterials. Pharmacy. Public health.



INTRODUÇÃO

O uso inadequado de medicamentos é um problema de saúde pública existente em todo o mundo. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) indicam que mais de 50% dos medicamentos são prescritos, dispensados ou vendidos de forma inadequada, decorrentes de sua prescrição, indicação ou distribuição. O uso indiscriminado, irresponsável e abusivo de antimicrobianos no tratamento e na prevenção de doenças causa um grande impacto clínico e econômico à sociedade e à saúde pública, uma vez que pode levar à disseminação de micro-organismos resistentes e perda da eficácia farmacológica (Ferreira; Ferreira, 2015).

Os antimicrobianos são substâncias de origem natural (antibiótico) ou sintética (quimioterápico) que agem inibindo o crescimento ou matando micro-organismos (Guimarães *et al.*, 2010). De acordo com Guedes e Silva (2014), esses fármacos tornaram possível o prolongamento da vida e a recuperação da saúde, entretanto, revelaram-se um entrave, face ao seu consumo indiscriminado, sendo considerados um problema de saúde pública.

A perda da eficácia impõe graves restrições ao arsenal terapêutico disponível para o tratamento de infecções bacterianas, representando uma preocupação crescente. Sendo assim, a humanidade está frente a um grande desafio nos próximos anos, à busca da melhoria na racionalização no uso dos antimicrobianos. Se as autoridades mundiais não tomarem as devidas providências, estima-se que em 2050, as bactérias resistentes aos antimicrobianos matarão mais que o câncer, o que equivale a aproximadamente 10 milhões de pessoas por ano, segundo Franco *et al.* (2015).

Dessa forma, são necessárias estratégias para promover o uso racional de medicamentos direcionada a todos os atores sociais, incluindo prescritores, farmacêuticos e pacientes. Os estudos da utilização de medicamentos (EUM) apresentam-se como alternativas que permitem reduzir custos sem perda de qualidade nos tratamentos de saúde, além de detectar possíveis abusos no uso desses medicamentos (Ferrari *et al.*, 2013).



Na tentativa de controlar a dispensação e a comercialização ilegal dos antimicrobianos, foi criada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a RDC 44/10, posteriormente revogada pela RDC 20/11, com normas de prescrição e dispensação destes medicamentos, a fim de promover o uso racional, proporcionando ao paciente a oportunidade de receber medicamentos eficazes, seguros e de qualidade, em condições adequadas, na dose certa, por período de tempo definido e a baixo custo (Ferreira; Ferreira, 2015).

Garske *et al.* (2018), evidencia um papel fundamental desempenhado pelo município, em obter autonomia para definir a sua própria lista de medicamentos baseada na Relação de Medicamentos Essenciais (RENAME), ampliando o acesso aos medicamentos, facilitando a adesão de tratamento e garantindo medicamentos eficazes. Neste sentido, dada à importância de se conhecer o atual uso de medicamentos antimicrobianos na população do município de Nova Floresta/PB, o presente estudo se propõe a estudar as prescrições de antimicrobianos na Farmácia Básica deste município. Esse tipo de pesquisa é importante, pois fornecerá informações sobre os antimicrobianos mais consumidos, sexo e faixa etária prevalente dos pacientes, variáveis sociais e demográficas que influenciam o uso deste tipo de medicamento, bem como, analisará o cumprimento das prescrições de acordo com a RDC ANVISA nº 20/2011.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho corresponde a um estudo transversal, quantitativo e do tipo descritivo, cujo seguimento amostral são residentes do município de Nova Floresta/PB, que fizeram uso de medicamentos antimicrobianos. Um dos delineamentos mais empregados na pesquisa epidemiológica consiste no estudo transversal, segundo Bastos e Duquia (2007).

A pesquisa foi realizada entre os meses de outubro de 2017 e maio de 2018 na Farmácia Básica do Município de Nova Floresta, situado na região do Curimataú Ocidental no Estado da Paraíba, Mesorregião Agreste Paraibano abrangendo uma área de 58,839



km. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, o município contava com 10.533 habitantes e com densidade demográfica de 222,31 hab./Km².

O instrumento de coleta de dados foi um questionário, dividido em três partes, adaptado de acordo com o estudo de Silva (2009). Na primeira parte, foram abordados dados de identificação dos entrevistados. Na segunda, informações sobre aquisição e utilização do medicamento. Por fim, foram abordadas informações da prescrição. Antes de responder o questionário, o usuário recebia uma explicação sobre a finalidade desse instrumento e assinava o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: ser residente do município de Nova Floresta/PB e utilizar o serviço da Farmácia Básica, ter 18 anos ou mais de idade, estar em posse de prescrição de antimicrobianos e aceitar participar voluntariamente do estudo; assinar o TCLE.

Foram excluídos do estudo os usuários que não fizeram o uso de antimicrobianos, que após os devidos esclarecimentos sobre o estudo se recusaram em participar, pessoas que não se enquadraram nos critérios de inclusão e usuários com déficit cognitivo ou com alteração na comunicação.

As tabulações e cruzamentos dos dados ocorreram logo após a coleta. Os dados provenientes dos questionários foram analisados através do programa Microsoft Office Excel 2013 para a realização de estatísticas descritivas para discussões dos resultados encontrados. Para a identificação e classificação das possíveis interações medicamentosas foi utilizado, durante o estudo, o programa Drug-Reax[®] System, pertencente ao banco de dados do software Micromedex[®] Health Series, com acesso online, através do portal de periódicos do CAPES. No tocante aos antimicrobianos potencialmente inapropriados para idosos, esses foram identificados por meio dos critérios de Beers-Fick.

Este estudo foi desenvolvido levando em consideração os aspectos éticos de pesquisa envolvendo seres humanos, preconizado pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde. Os sujeitos são informados quanto à garantia da preservação do anonimato, da privacidade e do livre consentimento, podendo o



mesmo desistir de participar a qualquer momento. O Farmacêutico responsável pela Farmácia Básica também recebeu o termo de consentimento informado. A pesquisa respeitou a resolução do Conselho Federal de Farmácia – CFF Nº 596 do código de Ética da Profissão Farmacêutica. Esse projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, sob número do parecer: 2.091.520.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os EUMs possuem diversos objetivos, visando contribuir para segurança e efetividade na utilização terapêutica de fármacos. Assim sendo, se caracterizam como importante ferramenta para a obtenção e interpretação de dados. Os resultados obtidos no presente estudo são detalhados e discutidos a seguir.

No tocante as características de identificação dos usuários submetidos ao estudo, destaca-se a prevalência do sexo feminino (74%), bem como de usuários com idade entre 31 a 60 anos (50%). A parcela de usuários que se encontravam casados foi maior (66%), seguido pelos solteiros (34%), de acordo com a tabela 1.

A prevalência de mulheres adultas demonstrada neste estudo é realidade em diversos locais do Brasil, podendo ser explicada pela maior procura de serviços de saúde por indivíduos do sexo feminino (Moraes *et al.*, 2014). De acordo com Tavares e Sá (2014), a maior busca do sexo feminino por esses serviços se deve às suas características anatômicas e fisiológicas. A gestação e o fluxo menstrual, condições fisiológicas femininas, transformam em rotina o cuidado com o corpo (Costa-Júnior; Couto; Maia, 2016).

Em relação à prevalência de indivíduos casados, pode-se observar que a maior parcela dos usuários se encontrava no momento do estudo com idades entre 31 e 60 anos, faixa etária mais comumente associada a união estável dos pacientes (Flor; Campos, 2017).



Tabela 1: Características de identificação relacionadas aos usuários de antimicrobianos entrevistados na farmácia básica do município de Nova Floresta-PB (n=50).

Variáveis	Nº	%
Sexo		
Feminino	37	74
Masculino	13	26
Idade		
18 a 30 anos	12	24
31 a 60 anos	25	50
61 anos ou mais	13	26
Situação Conjugal		
Solteiro	17	34
Casado	33	66

Fonte: MARQUES, 2020.

Conforme a tabela 2, os usuários demonstraram, em sua maioria, possuir um baixo grau de instrução, sendo prevalentes usuários com ensino fundamental incompleto (22%) e analfabetos (20%). Quanto a ocupação, foi observado 24% de desempregados, seguidos pelos agricultores (20%) e aposentados (20%).

Os baixos níveis educacionais da população em estudo, refletem a realidade dos municípios interioranos da Paraíba, uma vez que a maior parcela da população não teve fácil acesso à educação escolar em sua infância e adolescência. Este fato tem consequências na fase adulta, com baixo grau de instrução, a população não qualificada para o mercado de trabalho está em sua maioria desempregada. Níveis socioeconômicos semelhantes foram obtidos na farmácia básica do município de Cuité/PB, município vizinho à Nova Floresta/PB, em estudo semelhante, com 57,5% dos usuários de antimicrobianos apresentando baixo grau de instrução (Mascena, 2018). Elisiario e Marini



(2015), ao realizarem estudo sobre o controle de antimicrobianos na cidade de Mogi Guaçu/SP, encontraram prevalência de pacientes com ensino médio completo, demonstrando assim, em associação com o presente estudo, diferenças no que diz respeito ao incentivo educacional nas diferentes regiões do Brasil.

Tabela 2: Características relacionadas quanto ao grau de instrução e ocupação dos usuários de antimicrobianos da farmácia básica do município de Nova Floresta-PB (n=50).

Variáveis	Nº	%
Escolaridade		
Analfabeto(a)	10	20
Ensino fundamental incompleto	11	22
Ensino fundamental completo	8	16
Ensino médio incompleto	7	14
Ensino médio completo	9	18
Ensino superior completo	5	10
Ocupação		
Aposentado(a)	10	20
Desempregado(a)	12	24
Autônomo(a)	6	12
Estudante	5	10
Professor(a)	3	6
Agricultor(a)	10	20
Funcionário(a) público(a)	4	8

Fonte: MARQUES, 2020.



Pode-se observar predomínio de famílias com 3 membros (38%), seguido por famílias com 4 membros (22%). Referente a renda familiar mensal, o estudo aponta que uma significativa parcela da população recebe uma quantia inferior a 1 salário mínimo (40%), seguido por uma quantia referente a 1 salário mínimo (32%), conforme demonstrado na tabela 3.

O baixo nível socioeconômico da população é consequência direta do contexto ocupacional dos mesmos, dado que muitos os usuários encontravam-se desempregados no momento da coleta dos dados, fato este explicado pela ausência de oportunidades de trabalho para uma população sem qualificação para o mercado.

A maioria dos usuários possui renda inferior ou igual a um salário mínimo, muitas vezes recebendo apenas auxílios provenientes de programas sociais do Governo Federal, quantias essas que são insuficientes para o sustento dos mesmos. Em estudo semelhante no interior do Ceará, Lima *et al.* (2015) relatou que a renda dos usuários da farmácia básica de Quixeramobim era prevalente entre um e dois salários mínimos, demonstrando a não conformidade dos dados referentes a renda dos pacientes no presente.

Como demonstrado nos resultados, em sua maioria, as famílias dos pacientes são compostas por, no mínimo, 3 membros, apresentando a necessidade da população por serviços de assistência em saúde. Segundo Santos, Rosa e Leite (2017), ao manter o bom funcionamento da farmácia básica, com a assistência farmacêutica correta, os princípios de universalidade, equidade e integralidade, do Sistema Único de Saúde (SUS), estão sendo cumpridos.



Tabela 3: Características quanto às condições socioeconômicas e demográficas dos usuários de antimicrobianos da farmácia básica de Nova Floresta-PB (n=50).

Variáveis	Nº	%
Número de membros na família		
2	4	8
3	19	38
4	11	22
5	9	18
>5	7	14
Renda familiar (salário mínimo)		
<1 salário	20	40
1 salário	16	32
2 salários	8	16
>2 salários	6	12

Fonte: MARQUES, 2020.

Com relação às queixas para que o prescritor receite o antimicrobiano, observou-se que os sintomas predominantemente citados foram: infecções nas vias respiratórias, infecções no trato urinário, acidentes perfurocortantes, infecções intestinais e intervenções cirúrgicas.

A maioria dos entrevistados já havia utilizado o antimicrobiano em questão (58%), enquanto que 42% utilizavam pela primeira vez. No que diz respeito às reações adversas medicamentosas (RAMs), nenhum paciente relatou ter desenvolvido (100%). A origem das prescrições foi principalmente decorrente das Unidades Básicas de Saúde (UBS) (64%), e de hospitais públicos (36%), como descrito na tabela 4.



Silva (2012), ao analisar os perfis de indicação clínica de antimicrobianos em um hospital público de Belém/PA, também observou prevalência de infecções respiratórias (36,5%) e infecções do trato urinário (17,5%), corroborando assim com o presente estudo.

A utilização recorrente dos antimicrobianos prescritos, prevalente no presente estudo, também foi observada em Cuité/PB, onde 63,3% dos pacientes já haviam utilizado os antimicrobianos prescritos (Mascena, 2018).

Segundo a ANVISA (2016), a utilização irracional dos medicamentos é um dos principais fatores desencadeantes de RAMs, assim sendo, o correto cumprimento da farmacoterapia é um dos maiores aliados para o combate as reações adversas.

Tabela 4: Características relacionadas ao uso de antimicrobianos pelos pacientes entrevistados na farmácia básica do município de Nova Floresta-PB (n=50).

Variáveis	Nº	%
Utilização do medicamento		
Primeira utilização	21	42
Utilização recorrente	29	58
Reações adversas ao utilizar o medicamento		
Sim	0	0
Não	50	100
Onde fez consulta e recebeu a receita		
UBS	32	64
Hospital público	18	36
Consultório particular	0	0

Fonte: MARQUES, 2020.



A prevalência da utilização das UBS, seguido de hospitais públicos para aquisição das receitas, demonstra a maior facilidade e o menor custo para os pacientes de receber atendimento nos locais em questão. As UBS são os meios de aquisição de serviços de saúde mais utilizados pela população que não possui cobertura de plano de saúde particular (Fontenelle *et al.*, 2018).

De acordo com a tabela 5, quanto às características comportamentais dos pacientes entrevistados após a prescrição, observou-se que 39 pacientes (78%) tem acompanhamento médico/farmacêutico regular, enquanto 11 (22%) dos entrevistados relataram não procurar os serviços de saúde com frequência. Os dados evidenciaram que nenhum dos pacientes entrevistados interrompeu o tratamento, utilizando os antimicrobianos por todo o período para o qual foi prescrito. Nenhum paciente relatou ter solicitação de exames complementares para a posterior prescrição do antimicrobiano. No tocante ao fornecimento de informação ao paciente sobre o medicamento/utilização, nenhum paciente relatou ter recebido qualquer informação do prescritor.

O acompanhamento médico/farmacêutico regular pode minimizar consequências clínicas, como por exemplo, infecções recorrentes. Entretanto, os pacientes que não possuem acompanhamento regular, devem ser corretamente instruídos acerca da correta utilização dos antimicrobianos, seus benefícios e seus riscos. É importante salientar que não foram solicitados exames complementares para a indicação terapêutica dos medicamentos aos pacientes. Nenhum dos usuários relatou interromper o tratamento com os antimicrobianos durante o tempo prescrito, uma conduta compatível com a utilização racional dos medicamentos (Jacobsen; Mussi; Silveira, 2015).

A falta de diálogo entre o profissional prescritor e o paciente, contribui para uma menor efetividade do tratamento, pelo fato do corpo clínico não fornecer informações básicas acerca da utilização do medicamento ao usuário. Nesses casos, faz-se necessária a intervenção do farmacêutico no acompanhamento farmacoterapêutico do paciente, cabendo a este profissional o papel desafiador de educar o paciente, orientá-lo nos mais diferentes aspectos da doença e, em particular, em relação ao uso racional de medicamentos (Costa-Júnior; Couto; Maia, 2016).



Tabela 5: Características comportamentais, após a prescrição, dos pacientes entrevistados na farmácia básica do município de Nova Floresta-PB (n=50).

Variáveis	Nº	%
Acompanhamento médico/farmacêutico regular		
Sim	39	78
Não	11	22
Já interrompeu o tratamento		
Sim	0	0
Não	50	100
Informações médicas ao paciente		
Sim	0	0
Não	50	100
Solicitação de exames complementares		
Sim	0	0
Não	50	100

Fonte: MARQUES, 2020.

Após a análise das prescrições, pode-se observar que o fármaco mais prescrito foi a amoxicilina 500 mg, totalizando 32% de todos os medicamentos prescritos durante o estudo, seguida pela ampicilina 500 mg (22%), e em terceiro lugar, a cefalexina 500mg (16%), conforme a tabela 6.

Lucena, Araújo e Araújo observaram, na cidade de Niquelândia - GO, que entre os meses de junho e julho de 2015, 66,1% dos antimicrobianos prescritos pela farmácia básica eram amoxicilina 500 mg, fato este que corrobora com o presente estudo, demonstrando que a prevalência da prescrição desse fármaco é realidade em outras localidades do país. Almeida *et al.* (2015), encontrou resultados semelhantes em seu



estudo intitulado “atenção farmacêutica em análises da dispensação de antimicrobiano em farmácia”, onde a amoxicilina (30%) foi o antimicrobiano mais prescrito, sendo a cefalexina a segunda mais prescrita (18%). Percebe-se prevalência da utilização de medicamentos betalactâmicos, destacando as penicilinas e cefalosporinas, podendo ser explicada pelo seu fácil acesso, baixo custo e alta referência de utilização (Rodrigues; Bertoldi, 2010).

Tabela 6: Fármacos antimicrobianos utilizados pelos usuários da farmácia básica do município de Nova Floresta-PB (n=50).

Fármaco	Nº	%
Amoxicilina 250 mg	4	8
Amoxicilina 500 mg	16	32
Ampicilina 500 mg	11	22
Cefalexina 250 mg	3	6
Cefalexina 500 mg	8	16
Sulfametoxazol 400 mg	5	10
Metronidazol 250 mg	3	6

Fonte: MARQUES, 2020.

Todas as prescrições avaliadas foram emitidas por clínicos gerais. Quanto à conformidade do preenchimento das receitas, em sua maioria foram preenchidas de maneira correta (86%), entretanto 14% apresentaram inconformidades associadas à posologia, sendo dosagem incompleta (14,3%) e ausência do tempo de tratamento (85,7%), conforme observado na tabela 7.

Inconformidades de preenchimento das prescrições associadas à posologia comprometem totalmente o tratamento farmacoterapêutico do paciente (Jacobsen; Mussi; Silveira, 2015). Resultado semelhante foi encontrado em um estudo na cidade de



Quedas do Iguaçu-PR, em que ao analisar os erros de prescrição de antimicrobianos de uma farmácia privada, foi encontrada a ausência do tempo de tratamento como a maior fonte de erros (61,3%), similar ao presente estudo (Pegoraro; Gonçalves, 2016). É imprescindível o correto preenchimento da prescrição, uma vez que assim contribuirá para um tratamento efetivo e seguro, sem pôr em risco a saúde do paciente.

Tabela 7: Características relacionadas ao prescritor e avaliação das prescrições de medicamentos antimicrobianos na farmácia básica do município de Nova Floresta-PB (n=50).

Variáveis	Nº	%
Prescritor		
Clínico geral	50	100
Avaliação da receita		
Preenchida de forma correta	43	86
Não preenchida de forma correta	7	14
Inconformidades (n=7)		
Dosagem incompleta	1	14,3
Ausência do tempo de tratamento	6	85,7

Fonte: MARQUES, 2020.

Pode-se observar que 16 pacientes (32%) dos 50 analisados, faziam uso de outros fármacos concomitantemente aos antimicrobianos. Os fármacos foram agrupados por uso conjunto, sendo respectivamente: dipirona + ampicilina (18,8%); ampicilina + cefalexina (18,8%); neomicina + amoxicilina (18,8%); diclofenaco + cefalexina (12,5%); iodeto de potássio + amoxicilina (12,5%); ibuprofeno + cefalexina (6,2%); dicloridrato de betaistina + sulfametoxazol (6,2%); ibuprofeno + ampicilina (6,2%).



Após a análise dos medicamentos utilizados em conjunto no *Drug-Reax® System*, pertencente ao banco de dados do *software Micromedex® Health Series*, não foram constatadas interações medicamentosas em relação aos fármacos utilizados simultaneamente com antimicrobianos.

Todos os fármacos prescritos estão fora da “lista de risco” de Beers-Fick, demonstrando assim maior segurança quanto à utilização por parte de usuários com 60 anos ou mais de idade (Fick *et al.*, 2003).

Por se tratarem em sua maioria de pacientes do sexo feminino, atenção maior foi dada para o uso de anticoncepcionais, uma vez que podem existir interações entre os fármacos, através da aceleração do metabolismo hepático por meio dos antimicrobianos, diminuindo assim a absorção e eficácia contraceptiva (Silva, 2012). Entretanto, nenhuma paciente relatou fazer uso dos contraceptivos.

CONCLUSÃO

Após a análise dos dados acerca das prescrições de antimicrobianos na farmácia básica do município de Nova Floresta/PB, pode-se observar prevalência de indivíduos do sexo feminino, casados e com pouca escolaridade. De acordo com os entrevistados, suas famílias possuíam 3 membros ou mais, e uma baixa renda mensal entorno de 1 salário mínimo. Os principais fatores que motivaram as prescrições foram infecções nas vias respiratórias, no trato urinário e acidentes perfurocortantes. O uso dos antimicrobianos era, no geral, recorrente e sem reações adversas, as prescrições eram obtidas em UBSs e hospitais públicos com acompanhamento profissional e sem interrupção do tratamento. Por outro lado, não foram fornecidas informações adicionais sobre os fármacos, nem solicitados exames complementares. A classe mais utilizada foi a dos antimicrobianos β -lactâmicos, destacando-se as penicilinas e cefalosporinas. A maior parcela das prescrições foi elaborada por clínicos gerais com as seguintes inconformidades: ausência do tempo de tratamento e dosagem incompleta, não sendo encontradas interações medicamentosas entre os fármacos utilizados. Nenhum dos fármacos prescritos para usuários com 60 anos



ou mais estava contido na lista de medicamentos inapropriados para idosos de Beers-Fick.

Demonstra-se a necessidade de maior sensibilização dos prescritores, tanto na atenção ao paciente, quanto na correta prescrição dos antimicrobianos, evitando assim o uso irracional. Evidencia-se a importância do farmacêutico, como agente promotor de saúde, atuando em conjunto com os demais profissionais de saúde, para suprir as necessidades de orientações dos usuários, acerca da correta utilização dos medicamentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. B.; CABRAL, S. A. A. O.; ALENCAR, M. C. B.; FIGUEIREDO, C. H. A.; SILVEIRA, D. C.; FARIAS, W. K. A. Atenção farmacêutica em análises da dispensação de antimicrobiano em farmácia. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, v. 5, n. 4, p. 23-29, 2015.

BASTOS, J. L. D.; DUQUIA, R. P. Um dos delineamentos mais empregados em epidemiologia: estudo transversal. **Scientia Medica**, v. 17, n. 4, p. 229-32, 2007.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 20, de 5 de maio de 2011. **Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação**. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/rdc0020_05_05_2011.pdf/fa3ec1c1-8045-4402-b17f-ed189fb67ac8>. Acesso em: 06 set. 2017.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 44, de 26 de outubro de 2010. **Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição médica, isoladas ou em associação e dá outras providências**. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0044_26_10_2010.html>. Acesso em: 11 de jul. 2020.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 596, de 21 de fevereiro de 2014. **Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece**



as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. Disponível em:
<<https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/596.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. **Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.** Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html>. Acesso em: 04 set. 2017.

COSTA-JÚNIOR, F. M.; COUTO, M. T.; MAIA, A. C. B. Gêneros e cuidados em saúde: concepções de profissionais que atuam no contexto ambulatorial e hospitalar. **Revista Latinoamericana**, v. 1, n. 23, p. 97-117, 2016.

ELISIARIO, J. E. D.; MARINI, D. C. Controle do uso de antimicrobianos no contexto atual em uma população do município de Mogi Guaçu-SP. **FOCO: Caderno de Estudos e Pesquisas**, v.1, n. 9, p. 1-25, 2015.

FERRARI, C. K. B.; BRITO, L. F.; OLIVEIRA, C. C.; MORAES, E. V.; TOLEDO, O. R.; DAVID, F. L. Falhas na prescrição e dispensação de medicamentos psicotrópicos: um problema de saúde pública. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v. 34, n. 1, p. 109-116, 2013.

FERREIRA, T. A.; FERREIRA, F. D. Qualidade da prescrição de antimicrobianos comercializados na região noroeste do Paraná, Brasil. **Revista de Saúde e Biologia**, v. 10, n. 1, p. 131-137, 2015.

FICK, D. M.; COOPER, J. W.; WADE, W. E.; WALLER, J. L.; MACLEAN, J. R.; BEERS, M. H. Updating the beers criteria for potentially inappropriate medication use in older adults. **Archives of Internal Medicine, American Medical Association (AMA)**, v. 163, n. 22, p. 2716-2724, 2003.

FLOR, L. S.; CAMPOS, M. R. Prevalência de diabetes mellitus e fatores associados na população adulta brasileira: evidências de um inquérito de base populacional. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, n. 1, p. 16-29, 2017.



FONTENELE, R. M.; SOUSA, A. I.; RASCHE, A. S.; SOUZA, M. H. N.; DE MEDEIROS, D. C. Construção e validação participativa do modelo lógico do Programa Saúde na Escola. **Saúde em Debate**, v. 41, n. 1, p. 167-179, 2018.

FRANCO, J. M. P. L.; MENEZES, C. D. A.; CABRAL, F. R. F.; MENDES, R. C. Resistência bacteriana e o papel do farmacêutico frente ao uso irracional de antimicrobianos: Revisão integrativa. **Revista E-ciência**, v. 3, n. 2, p. 57-65, 2015.

GARSKE, C. C. D.; CASSOL, D.; MORCH, L. M.; SCHNEIDER, A. P. H. Medicamentos potencialmente inapropriados para idosos dispensados por uma farmácia básica do sul do Brasil. **Revista Interdisciplinar de Promoção da Saúde**, v. 1, n. 2, p. 96-104, 2018.

GUEDES, R. F.; SILVA, H. H. O papel educativo do farmacêutico frente ao desafio da implementação da RDC-20/2011: da automedicação ao consumo consciente de antimicrobianos. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v. 5, n. 2, p. 436-458, 2014.

GUIMARÃES, D. O.; MOMESSO, L. S.; PUPO, M. T. Antibióticos: importância terapêutica e perspectivas para a descoberta e desenvolvimento de novos agentes. **Química Nova**, v. 33, n. 3, p. 667-679, 2010.

JACOBSEN, T. F.; MUSSI, M. M.; SILVEIRA, M. P. T. Análise de erros de prescrição em um hospital da região sul do Brasil. **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar**, v. 6, n. 3, p. 23-26, 2015.

LIMA, J. L. B.; BARROS, K. B. T.; PRADO, R. M. S.; BORGES, R. N.; VASCONCELOS, L. M. O. Perfil das prescrições pediátricas de antimicrobianos dispensados em uma farmácia básica do interior do Ceará. **Boletim Informativo Geum**, v. 6, n. 1, p. 90-96, 2015.

LUCENA, N. P.; ARAUJO, V. R.; ARAUJO, L. L. N. Levantamento das prescrições de antimicrobianos dispensadas na farmácia básica, no município de Niquelândia-GO. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas, Saúde e Tecnologia**, v. 7, n. 1, p. 113-128, 2015.

MASCENA, F. A. C. **Avaliação da prescrição e dispensação de antimicrobianos na Farmácia Básica do Município de Cuité-PB**. 2018, 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Farmácia) - Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2018.



MORAES, S. A.; LOPES, D. A.; FREITAS, I. C. M. Diferenças sexo-específicas na prevalência e nos fatores associados à procura por serviços de saúde em estudo epidemiológico de base populacional. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 17, n. 2, p. 323-340, 2014.

PEGORARO, F.; GONÇALVES, N. M. F. M. Análise de erros no contexto das prescrições médicas de antimicrobianos em uma farmácia privada da cidade de Quedas do Iguaçu. **Revista UNIANDRADE**, v. 17, n. 2, p. 51-62, 2016.

RODRIGUES, F. D.; BERTOLDI, A. D. Perfil da utilização de antimicrobianos em um hospital privado. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 1239-1247, 2010.

SANTOS, V. B.; ROSA, P. S.; LEITE, F. M. C. Acompanhamento nutricional por meio da avaliação antropométrica de crianças e adolescentes em uma unidade básica de saúde. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, v. 19, n. 1, p. 28-33, 2017.

SILVA, D. M. C. **Avaliação do consumo de medicamentos psicotrópicos no município de Pacatuba**. 51 f. Monografia (Especialização em Vigilância Sanitária) - Escola de Saúde Pública do Ceará, Fortaleza, 2009.

SILVA, E. R. M. Análise do perfil das prescrições de antimicrobianos na clínica médica de um hospital público do Pará. **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar**, v. 3, n. 2, p. 15-19, 2012.

TAVARES, I. V.; SÁ, A. B. Perfil de prescrição de antimicrobianos para as infecções do tracto urinário nos cuidados de saúde primários. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**. v. 30, n. 2, p. 85-100, 2014.

Received: 18 August 2020

Accepted: 04 September 2020

Published: 02 January 2021